

Celso de Albuquerque Silva

INTERPRETAÇÃO  
CONSTITUCIONAL OPERATIVA  
Princípios e Métodos

EDITORA LUMEN JURIS  
Rio de Janeiro  
2001

Copyright © Celso de Albuquerque Silva

Supervisão editorial

ANTONIO BECKER

Capa, editoração eletrônica

CÁLAMO PRODUÇÃO EDITORIAL

A EDITORA LUMEN JURIS

não aprova nem reprova as opiniões emitidas nesta obra:  
as quais são de responsabilidade exclusiva de sua Autora.

*Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilme etc. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais. A violação dos direitos autorais é punível como crime (Código Penal, art. 184 e §§; Lei nº 6.895, de 17/12/1980), e busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98 Lei dos Direitos Autorais).*

ISBN 85-7387-154-7

2001

Todos os direitos reservados à  
Editora Lumen Juris Ltda.

[www.lumenjuris.com.br](http://www.lumenjuris.com.br)

Rua da Assembléia, 10 grupo 2.307

Telefone (21) 531-2199

Fax (21) 531-1126

Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.011-000

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	9
<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo I</b>	
<b>Noções Propedêuticas. Constituição. Interpretação, Integração, Eficácia e Aplicabilidade</b> .....	17
1. A Constituição como norma jurídica .....	17
2. Interpretação Jurídica .....	21
2.1. Tipologia da Interpretação Jurídica .....	24
3. Integração .....	26
4. Eficácia e aplicabilidade da norma constitucional .....	29
4.1. Vigência e Eficácia .....	29
4.1.1. Eficácia jurídica e eficácia social .....	30
4.2. Classificação das normas quanto à eficácia .....	31
4.3. Normas de eficácia limitada e a declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade. ....	36
5. Aplicação .....	39
<b>Capítulo II</b>	
<b>Princípios de Interpretação Constitucional</b> .....	41
1. Generalidades .....	41
2. A Supremacia da Constituição .....	41
3. Princípio da Unidade da Constituição .....	46
3.1. Normas constitucionais inconstitucionais .....	52
4. Presunção da constitucionalidade das leis .....	57
4.1. Casos de presunção de inconstitucionalidade das leis .....	61
4.2. As categorias suspeitas e os standards de controle da constitucionalidade das leis: o rational review; o intermediate scrutiny e o strict scrutiny. ....	63
5. Interpretação conforme a Constituição .....	69
5.1. Limites da interpretação conforme à Constituição .....	73
6. O Princípio da Razoabilidade .....	77
6.1. O devido processo legal substantivo na experiência Americana .....	80
6.2. Interpretativismo e não interpretativismo .....	83

6.3. Requisitos caracterizadores do princípio da razoabilidade .....	87
6.3.1. Adequação .....	88
6.3.2. Necessidade .....	89
6.3.3. Proporcionalidade em sentido estrito .....	91
6.4. A aferição da razoabilidade da lei sob a cláusula do devido processo legal .....	91
6.5. Razoabilidade e isonomia .....	92
6.6. A aferição da razoabilidade da classificação .....	95
6.7. O princípio da razoabilidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	96
6.7.1. O devido processo legal e o controle da razoabilidade da legislação .....	96
6.7.2. Isonomia e o controle da razoabilidade das classificações .....	102

### **Capítulo III**

<b>Métodos de Interpretação Constitucional</b> .....	111
1. Introdução .....	111
2. Métodos clássicos de interpretação .....	114
2.1. Método gramatical .....	117
2.2. Método teleológico .....	120
2.3. Método sistemático .....	123
2.4. Método histórico .....	125
3. Métodos modernos de interpretação constitucional .....	127
3.1. Método científico-espiritual de Rudolf Smend .....	127
3.2. Método hermêutico-concretizador de Konrad Hesse ....	135
3.2.1. O método concretizador e a inconstitucionalidade progressiva .....	145
3.3. Método tópico-problemático .....	149
<b>Conclusões</b> .....	161
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	177